

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA NO CONTEXTO DE UMA EMPRESA DE LOGÍSTICA DE PETRÓLEO

ARCHIVISTIC IDENTIFICATION OF TECHNICAL ENGINEERING DOCUMENTS IN THE CONTEXT OF AN OIL LOGISTICS COMPANY

Marilda Martins Coelho | Clarissa Schmidt

Resumo: Este artigo tem como ênfase a aplicação da metodologia de identificação arquivística dos documentos técnicos de engenharia da Petrobras Transporte S. A. - Transpetro, empresa brasileira de logística de petróleo e derivados. A pesquisa teve como objetivo elaborar um procedimento metodológico para padronizar a produção de documentos técnicos de engenharia, a partir da aplicação da metodologia fundamentada na Diplomática contemporânea, ou seja, na Tipologia Documental. Em sua dimensão teórica, a investigação teve um caráter exploratório e na dimensão aplicada, um estudo de caso de aplicação da metodologia no âmbito de uma instalação operacional de transporte de gás natural. O resultado foi a identificação das espécies e dos tipos documentais produzidos para registrar as atividades desenvolvidas por um Ponto de Entrega de Gás Natural, conforme suas funções e atividades. Ao final da pesquisa, concluiu-se que a adoção da metodologia de identificação arquivística racionaliza e padroniza a produção documental, sendo subsídio para implantação de um Programa de Gestão de Documentos na Transpetro.

Palavras-chave: Arquivologia; Documentos técnicos de engenharia; Gestão de documentos; Identificação Arquivística

Abstract: This article focuses on the application of the methodology of archival identification of the technical engineering documents of Petrobras Transporte S. A. - Transpetro, a Brazilian oil and derivatives logistics company. The research had as objective to elaborate a methodological procedure to standardize the production of engineering technical documents, starting from the application of the methodology based on the contemporary Diplomatics, that is, in the Documentary Typology. In its theoretical dimension, the research had an exploratory character and in the applied dimension, a case study of application of the methodology within the scope of an operational natural gas transportation facility. The result was the identification of the species and document types produced to record the activities developed by a Natural Gas Delivery Point, according to their functions and activities. At the end of the research, it was concluded that the adoption of the methodology of archival identification rationalizes and standardizes the documentary production, being a subsidy for the implementation of a Record Management Program at Transpetro.

Keywords: Archival Science; Engineering technical documents; Record management; Archival Identification of Documents

1. Introdução

Este trabalho visa compreender a metodologia de identificação de documentos, que segundo afirma Alberch I Fugueras (2004:109 *apud* RODRIGUES, 2008:68), é a “primeira tarefa que o arquivista deve realizar, pois gera conhecimentos que sustentam as bases de todo o tratamento técnico posterior que será aplicado aos documentos”, e é fundamentada na Diplomática, em sua perspectiva clássica, que se refere ao “ramo das ciências documentárias que se ocupa de atos escritos públicos, estudando-lhe as formas que lhes conferem validade legal, excluindo assim as fontes narrativas” (BELLOTTO, 2014:349).

O campo de aplicação da Diplomática clássica gira em torno do verídico e tem dentre outros objetivos, conforme afirma Bellotto (2006:53), estabelecer e reconhecer a autenticidade e fidedignidade relativa à espécie, conteúdo e finalidade do documento, além de estudar a

configuração interna do documento. A ampliação da Diplomática clássica, segundo Tognoli (2008), segue

na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. Essa nova Diplomática, ampliada na direção da gênese documental é chamada de Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística, ou ainda, Tipologia Documental (TOGNOLI, 2008:88).

Portanto, a identificação arquivística tem na Diplomática contemporânea, sua fundamentação basilar, pois durante sua aplicação é realizado o estudo do documento como conjunto orgânico, ou seja, “como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (BELLOTTO, 2006:53).

Nesse sentido, no Brasil, Ana Célia Rodrigues, uma das precursoras no país no estudo da identificação dos tipos documentais, afirma que esse estudo

pode ser caracterizado como uma metodologia da Arquivologia, quando se utiliza do campo teórico-metodológico da Diplomática contemporânea e dos instrumentos ou formulários de identificação das tipologias documentais, nesse caso, ela é denominada identificação arquivística (RODRIGUES, 2016, anotações de aula).

Diante o exposto, e tendo como referencial todo o arcabouço teórico da referida autora e também de autores espanhóis, expoentes no estudo da Identificação de documentos, nessa pesquisa adotamos o termo Identificação arquivística, como termo para se referir à metodologia da Arquivologia que estuda o contexto de produção do documento, base para todo tratamento arquivístico, nosso objeto de estudo nessa pesquisa.

Em termos metodológicos, o desenvolvimento dessa investigação envolveu as dimensões teórica e aplicada. Na dimensão teórica foi realizada revisão de literatura, sendo possível alcançar uma maior compreensão dos fundamentos teóricos da Arquivologia, particularmente da Diplomática em suas perspectivas clássica e contemporânea, a Tipologia Documental, que segundo Rodrigues (2008) produz “conhecimento para o planejamento das funções arquivísticas (criação/produção, classificação, avaliação e descrição)” consideradas os resultados finais da aplicação da metodologia da identificação arquivística.

Na dimensão prática da pesquisa, optou-se por utilizar do estudo de caso, uma vez que, conforme afirma Gil (2008:52), esse método “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento[...]”. Julgou-se, portanto, que com a construção de um procedimento metodológico de aplicação da metodologia de identificação arquivística seria possível criar condições, parâmetros e métodos para o planejamento das atividades de gestão de documentos técnicos de engenharia na Transpetro.

Para efetivar o estudo de caso foi escolhido o Ponto de Entrega de Gás Natural, pois essa instalação tem interface operacional com grande parte das instalações do sistema de gasodutos da Transpetro, e, portanto, os documentos produzidos para registrar suas

atividades são representativos da produção documental da área de Transporte de Gás Natural da Companhia.

2. Identificação arquivística: teorias, fundamentos e aplicação

A identificação arquivística teve seu campo teórico e metodológico desenvolvido na Espanha nos anos de 1980. De acordo com o *Diccionario de Terminología Archivística* (1995), pode ser definida como a "fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas na qual se sustenta a estrutura de um fundo". Maria Luisa Conde Villaverde amplia sua definição, afirmando ser o

processo de pesquisa e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas em que a estrutura de um fundo é respeitada, sendo um dos seus principais objetivos garantir através de seus resultados, a avaliação da série documental (CONDE VILLAVERDE, 1992:18, tradução nossa).

Assim, a aplicação da metodologia de identificação arquivística permite reconhecer os tipos documentais que efetivamente devem ser produzidos para comprovar ou registrar as funções e atividades do órgão produtor, permitindo a delimitação das séries documentais¹.

Desta maneira, infere-se que a metodologia de identificação arquivística é bastante apropriada para iniciar o tratamento arquivístico dos documentos, pois além de delimitar as séries documentais e permitir a avaliação desses documentos, viabiliza a definição de diretrizes para conservação/eliminação, acesso, classificação, ordenação, delimitação e descrição das séries documentais. Além disso, "os resultados obtidos na fase de identificação e avaliação, são publicados em manuais de tipologias, que apoiam nos processos das unidades administrativas, constituindo um elemento-chave para a gestão documental, um guia e instrumento de padronização para os arquivistas" (LÓPEZ GOMEZ, 1998:6, tradução nossa).

Portanto, compreende-se que a identificação arquivística permite ao arquivista trabalhar a gestão de documentos em todas as suas etapas, pois a partir do momento que se conhece o contexto no qual o documento foi produzido, consegue-se reconhecer, sistematizar e registrar as informações sobre este.

Pioneira nos estudos de identificação arquivística no Brasil, Ana Célia Rodrigues afirma que a

identificação pode ser aplicada em qualquer fase do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção,

¹ **Série documental** – "Conjunto de documentos produzidos pelo mesmo produtor, no desenvolvimento de uma mesma função, e cuja ação administrativa foi incorporada no mesmo tipo de documento" (LA TORRE MERINO; MARTÍN PALOMINO Y BENITO, 2000:21-22, tradução nossa).

para efeito de implantação de programas de gestão de documentos; ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos, no âmbito dos sistemas de arquivo (RODRIGUES, 2008:69).

Acredita-se que aplicando essa metodologia na fase de produção documental é possível identificar os documentos que realmente devem ser produzidos, evitando o crescimento da massa documental acumulada e antever o seu tratamento arquivístico, viabilizando o desenvolvimento dos instrumentos de gestão de documentos (Plano de classificação de documentos, Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos e Manual de Tipologia Documental). Ao aplicarmos a identificação arquivística é possível conhecer o

[...] - órgão produtor, refletindo as alterações orgânicas produzidas por sua evolução ao longo do tempo, descendo até a unidade administrativa responsável pela gestão da série - A Legislação pela qual se regulam as funções materializadas pelos vários tipos de documentos. [...] - O tipo documental, ou seja, os documentos básicos que compõem o conjunto [...]. - A vigência administrativa, que é determinada pelas regras que regem cada atuação administrativa, de modo que não há prazos fixos e apenas a análise das próprias disposições que regem cada série, permitindo conhecer os diferentes valores que podem ser apreciados, bem como a sua prescrição. Esta informação é essencial para estabelecer prazos de transferência; - A oportunidade de guardar a série de forma permanente ou aplicar eliminação parcial ou total do mesmo; - O grau de acessibilidade ou de consulta de documentos pelo pesquisador; [...] (MENDO CARMONA, 2004:45 tradução nossa).

Portanto, através da identificação é possível reconhecer os documentos produzidos pelo órgão produtor, a origem, a regulação, o conteúdo e todo o trâmite de cada um deles, o que nos permite definir seus critérios de tratamento de acordo com as respectivas proveniência e ordem original. Assim, se torna viável reconhecer os documentos que devem ser efetivamente produzidos em virtude de todo um contexto funcional e legal de produção documental, além de comprovar o cumprimento das competências e o exercício das funções e atividades de uma instituição.

Nessa perspectiva, José Luis La Torre Merino e Mercedes Martín-Palomino y Benito, no Manual intitulado *Metodología para La identificación y valoración de fondos documentales*, publicado em 2000, afirmam que a identificação arquivística tem por objetivo

[...] o conhecimento profundo da instituição que produziu o documento, sua evolução orgânica, competências administrativas e tipos de documentos em que se materializam, procedimentos administrativos e outras disposições que afetam o trâmite, elementos essenciais para a delimitação da série documental. O resultado desta fase é a organização do fundo, com o estabelecimento do plano de classificação, a ordenação das séries documentais, lançando as bases para uma avaliação e descrição mais aprofundada. (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000:14, tradução nossa)

Diante do exposto e considerando que a metodologia de identificação arquivística é o ponto de partida e o alicerce para o desenvolvimento da gestão de documentos, optou-se por sua utilização como base para a implantação do programa de gestão dos documentos técnicos de engenharia na Transpetro.

3. Procedimento metodológico de identificação arquivística dos documentos técnicos de engenharia da Transpetro

Para a aplicação da metodologia de identificação arquivística foi necessário seguir procedimentos, realizados a partir de uma sequência lógica de atividades, que teve como objetivo reconhecer o contexto de produção dos documentos no órgão produtor, a Transpetro.

O primeiro passo para reconhecimento desse contexto foi a identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor, para então reconhecer suas competências, funções e atividades, ou seja, os elementos funcionais, para então efetivar a identificação dos tipos documentais. Desta forma, inicia-se a seguir a apresentação das etapas do estudo de caso de aplicação da metodologia de identificação arquivística na Transpetro, considerando como etapa final da metodologia, a identificação dos tipos documentais.

3.1. Identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor

Como já discutido, a identificação arquivística é a primeira fase de implantação de um programa de gestão documental e é através da identificação do órgão produtor (elementos orgânicos e funcionais) que, conforme afirma Rodrigues (2012a:6), consegue-se “reconhecer no texto legal, a competência, funções e atividades que associam à tipologia documental produzida neste contexto”, viabilizando a realização da identificação dos documentos.

Começar a aplicação da metodologia de identificação arquivística pelo estudo dos elementos orgânicos do órgão produtor é justificada, uma vez que

a base metodológica da identificação é a aplicação de maneira direta dos princípios da proveniência e o da ordem original, é sua ‘melhor ferramenta’, pois estes princípios ‘dirigem o tratamento dos documentos ao longo de toda sua vida’, estabelecendo as operações arquivísticas que são próprias de cada fase (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000:40-41, tradução nossa).

Portanto, é com a aplicação do princípio de proveniência que se garante a identificação da origem de um fundo produzido ou recebido por um órgão produtor. É este princípio também que sustenta a integridade administrativa e o valor de prova do documento. Por fim, o princípio de proveniência também é o que garante a rastreabilidade e acesso aos documentos dentro em um contexto orgânico.

Nessa linha de pensamento, tornou-se fundamental iniciar a elaboração do procedimento metodológico através da identificação do órgão produtor, a Transpetro. De tal modo, durante o estudo dos elementos orgânicos e legais da instituição, analisamos a estrutura de Governança Corporativa da Companhia, de maneira que se pudesse chegar aos elementos

funcionais do Ponto de Entrega de Gás Natural, instalação operacional apresentada na Figura 1, o campo empírico de aplicação de nosso estudo de caso, designada como “área produtora de documentos”.

Fig. 1: Ponto de Entrega de Gás Natural



Fonte: Banco de imagens da Petrobras, 2017.

Sendo assim, a realização da coleta e análise dos dados foi realizada considerando as funções e atividades desenvolvidas pelo Ponto de Entrega de Gás Natural.

Segundo afirmam Molina Nortes e Leyva Palma (1996), durante a identificação do órgão produtor deve-se elaborar um formulário que possibilite registrar os dados levantados durante a identificação dos elementos orgânicos, pois este instrumento permite aos arquivistas conhecer as mudanças estruturais no órgão.

Assim, apresenta-se na Tabela 1 os dados coletados nessa etapa da pesquisa, relacionados à identificação da legislação que determina a criação e define as competências da Transpetro, ou seja, os elementos orgânicos do órgão produtor.

Tabela 1 - Formulário de identificação dos elementos orgânicos do órgão produtor

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEMENTO ORGÂNICO DO ÓRGÃO PRODUTOR TRANSPETRO			
Órgão Produtor	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	Data de Criação	28/06/1999
Órgão de origem	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	Data de Extinção	---
Órgão Superior (Dependência)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS		
Órgãos dependentes - Área Fim	DIRETORIA DE DUTOS E TERMINAIS (DOT) e DIRETORIA DE TRANSPORTE MARÍTIMO (DTM)		
Órgãos dependentes - Área Meio	DIRETORIA DE SERVIÇOS (DESERV) e DIRETORIA FINANCEIRA (DFIN)		
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE CRIAÇÃO DO ÓRGÃO PRODUTOR			
Órgão Normativo	Instrumento normativo	Data de criação ou mudança de estrutura	Dispositivos
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL	Lei Federal nº 9.478	06/06/1997	<p>Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.</p> <p>Art. 64. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRAS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.</p> <p>Art. 65. A PETROBRAS deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.</p>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/ ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	Estatuto Social RG JUCERJA Nº. 0000020910	28/06/1999	<p>DA COMPANHIA E SEUS FINS</p> <p>Art. 11 - A Petrobras Transporte S.A., que usará a sigla TRANSPETRO, é uma subsidiária integral da Petrobrás Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída na forma do artigo 65 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997 e do art. 231 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação e ele aplicável.</p> <p>Art. 21 - A Companhia funcionará por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, onde convier, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais ou escritórios.</p>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/ ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 9, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1995.	09/11/1995	<p>As Mesas de Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:</p> <p>Art. 170 § 1º do art. 177 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I e IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei."</p> <p>Art. 22 inclui-se um parágrafo, a ser enumerado como § 22 com a redação seguinte, passando o atual § 22 para § 3º, no art. 177 da Constituição Federal:</p> <p>§ 22 A lei a que se refere o § 1º dispõe sobre:</p> <p>I - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional;</p> <p>II - as condições de contratação;</p> <p>III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União".</p>
IDENTIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS AO ÓRGÃO PRODUTOR		COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS AO ÓRGÃO PRODUTOR	
Instrumento normativo	Objeto	Competências do Órgão Produtor	Mudanças nas Competências do Órgão Produtor
Estatuto Social RG JUCERJA Nº. 0000020910	I- As operações de transporte e armazenagem de graneis, petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral, por meio de dutos, terminais, embarcações próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modos de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal;	Realizar operações de transporte e armazenagem de graneis, petróleo e seus derivados.	---
	II- O transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fim;	Realizar transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fim."	---
	III- A construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritariamente ou minoritariamente, a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas.	Construir e operar novos dutos, terminais e embarcações.	---
	§ 12º - As atividades econômicas decorrentes de seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, obedecendo estritamente as condições de mercado.		
	§ 22º - A Companhia exercerá as atividades vinculadas ao seu objeto social por meios próprios ou de terceiros.		

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de CONDE VILLAVERDE, 1992; RODRIGUES, 2008; LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000.

O Formulário de Identificação do órgão produtor é constituído de 3 conjuntos de elementos. O primeiro visa apresentar o órgão produtor, o órgão de origem, ou órgão do qual recebeu/herdou suas atribuições, o Departamento de Transporte da Petrobras; o órgão superior (dependência) à qual o órgão produtor possui subordinação legal ou administrativa, Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobras, e, finalmente, são apresentados os órgãos dependentes, diretorias, essas diretamente subordinadas ao conselho de administração, órgão máximo na estrutura de governança da companhia, sendo elas: Diretoria de Dutos e Terminais, Diretoria de Transporte Marítimo, Diretoria de Serviços e Diretoria Financeira.

Os destaques do segundo conjunto de elementos do formulário da Tabela 1 são os textos descritivos da legislação, pois são eles que fundamentam a identificação dos elementos

funcionais do órgão produtor. Já no terceiro conjunto de elementos registrados na Tabela 1 destaca-se o *item* que identifica as competências atribuídas ao órgão produtor, tendo como base os dispositivos apresentados no item Objeto.

Portanto, a construção desse instrumento partiu da necessidade de registrar a análise e o estudo dos fundamentos legais de criação da Transpetro, de modo a viabilizar a identificação das competências atribuídas, por força de lei, ao órgão produtor, tendo em vista que a Transpetro é uma sociedade de economia mista, portanto, submetida às regras da administração pública federal.

De tal modo, através da realização da etapa de identificação do órgão produtor foi possível conhecer a estrutura funcional da Transpetro e suas competências, apresentadas no terceiro conjunto de elementos da Tabela 1 “Competências do Órgão Produtor”.

A atribuição dessas competências à Transpetro foi dada com a promulgação da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1998, momento em que a Petrobrás foi autorizada a criar subsidiária, conforme apresentado nos artigos 64º e 65º, que determinam

Art. 64º Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRAS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Art. 65º A PETROBRAS deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas (BRASIL, 1997:art. 64º e art. 65º, grifo nosso).

Concebendo que a competência de um órgão é estabelecida em Lei, e que é ela que determina ou limita o exercício das atribuições de cada órgão, visando cumprir o que determina a Lei nº 9.478, para o desenvolvimento dessas competências, foi criada a Petrobras Transporte S. A. - Transpetro, que de acordo com o Estatuto Social de 15 de setembro de 1999, em seu art. 3º, tem como competências

I - As operações de transporte e armazenagem de graneis, petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral, por meio de dutos, terminais, embarcações próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; II - O transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; III - A construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritariamente ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas (TRANSPETRO, 1999:6).

Em sua criação, a Transpetro recebeu as atribuições do Departamento de Transporte da Petrobras. Nesse sentido, nessa pesquisa, a Petrobras é o órgão superior ao qual a Transpetro possui sua dependência e o Departamento de Transporte é o órgão de origem, conforme identificado na Tabela 1.

Após o conhecimento exaustivo da origem do órgão produtor, deve-se elaborar o “Índice de organismos” em que será possível acompanhar a evolução orgânica de cada unidade administrativa, o “Repertório de Organogramas”, que permite representar de forma gráfica as mudanças na estrutura funcional do órgão ao longo de sua existência, e por último o “Repertório Legislativo”, formado a partir dos formulários de coleta de informações referentes a legislação.

Finalizada essa etapa da metodologia, deu-se continuidade à identificação dos elementos orgânicos com a elaboração do Repertório Legislativo do Órgão Produtor, que segundo Rodrigues (2008)

é o instrumento que tem por objetivo o estudo de cada norma individualizada, referenciada no primeiro instrumento. Deve ser elaborada quando existem muitas fontes de informação legislativa e, portanto, a necessidade de um estudo mais detalhado sobre a evolução administrativa do órgão. Deve possuir os seguintes elementos: nome do organismo (definido por lei); assunto (resumo do conteúdo da norma); data de aprovação; data de publicação; especificação da norma (se é lei, decreto, etc.); nome do antecedente e do sucessor do organismo. (RODRIGUES, 2008:73)

De tal modo, para o melhor entendimento da pesquisa, esse instrumento foi dividido em duas tabelas, sendo a Tabela 2 - Repertório Legislativo do Órgão Produtor: Função Nível 1 Realizar Transporte Terrestre, onde é realizada a identificação da função, ligada a estrutura funcional hierarquicamente inferior ao órgão produtor, ou seja, o órgão dependente, que é a Diretoria de Dutos e Terminas. Em seguida identificou-se, na Tabela 3 - Repertório Legislativo do Órgão Produtor: Função Nível 4 Realizar Entrega de GN para o Distribuidor, as atividades da instalação operacional, área produtora de documentos analisada em nosso estudo de caso.

A estrutura dos instrumentos normativos a que se referem as Tabelas 2 e 3 é composta pelos campos: “Nome do Organismo”, que identifica a instituição que regula o funcionamento do órgão produtor e toda a sua estrutura administrativa, conforme definido por lei; “Tipo”, que especifica o tipo de instrumento normativo, se é lei, decreto, estatuto, etc.; “Identificação da Legislação” que identifica seu número; “Data de Aprovação”, a data que entrou em vigor o instrumento; “Dispositivo”, contém as determinações e regulamentações por ela estabelecidas; e por fim o campo “Resumo do conteúdo” que apresenta as informações de onde se estabelece as competências do órgão produtor.

O Repertório Legislativo é um importante instrumento, pois

para a identificação do organismo produtor é necessário que procuremos diferentes fontes de informação, que irão variar dependendo das características da própria documentação, isto é, se trabalhamos com documentação recente, ou documentação histórica, ou se nos comprometemos a identificar um fundo público ou privado (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000:16, tradução nossa).

Portanto, tendo em vista que a Transpetro faz parte do poder público, realizou-se a identificação através do estudo da legislação que regula suas atividades, o que foi possível visitando os sites oficiais que disponibilizam esses instrumentos legislativos.

Para elaborar o repertório legislativo foi necessário retornar à análise das atribuições da Transpetro, que tem como direcionamento estratégico a visão de ser uma empresa “líder em transporte e logística”, e a operação de dutos e terminais é uma das atribuições da Transpetro que a permite alcançar esse objetivo, já que esses dutos e terminais são importantes elos na cadeia logística de abastecimento do petróleo e derivados do Sistema Petrobras. Entretanto, destaca-se que são os dutos que realizam o transporte e a transferência do petróleo e derivados, desde a produção até produtos serem entregues às companhias distribuidoras que abastecem o mercado nacional.

Desta forma, a seguir apresenta-se a Tabela 2 - Repertório Legislativo do Órgão Produtor: Função Nível 1 Realizar Transporte Terrestre, onde se manifesta a função que está diretamente ligada a Diretoria de Dutos e Terminais, o órgão responsável pela Operação dos Dutos, umas das atribuições da Competência “Construção e Operação de Novos Dutos”, a competência identificada e definida como nosso campo de atuação nessa pesquisa.

Deste modo, na Tabela 2, identificou-se a Lei nº 11.909 de 04 de março de 2009, a qual “institui as normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de gás natural por meio de conduto”, ou seja, a função que se refere à operação de gasodutos. Além disso, também é identificada na Resolução ANP Nº 52, da Agência Nacional do Petróleo – ANP, que “estabelece a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP” (ANP, 2015).

Tabela 2 - Repertório Legislativo do Órgão Produtor: Função Nível 1 Realizar Transporte Terrestre

REPERTÓRIO LEGISLATIVO DO ÓRGÃO PRODUTOR					
ÓRGÃO PRODUTOR	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO		ÓRGÃO DE ORIGEM	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
ÓRGÃO SUPERIOR (DEPENDÊNCIA)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS		ÓRGÃO DEPENDENTE IDENTIFICADO	DIRETORIA DE DUTOS E TERMINAIS	
ÁREA PRODUTORA DE DOCUMENTOS	PONTO DE ENTREGA DE GÁS NATURAL		COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PRODUTOR	CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVOS DUTOS	
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE REGULAÇÃO DA FUNÇÃO NÍVEL 1 - REALIZAR TRANSPORTE DE GÁS NATURAL					
Nome do organismo	Tipo	Identificação da Legislação	Data de aprovação	Dispositivo	Resumo do conteúdo (Funções atribuídas)
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL	Lei Federal	Lei Nº 11.909	04/03/2009	Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, altera a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.	Art. 1. Esta Lei institui normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de gás natural por meio de condutos e da importação e exportação de gás natural, de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 177 da Constituição Federal, bem como para a exploração das atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Resolução	Resolução ANP Nº 52	02/12/2015	Estabelece a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP.	Art. 1º Fica estabelecida a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP. § 1º Consideram-se instalações sujeitas a esta Resolução: I - dutos e suas instalações auxiliares (complementos e componentes); Art. 2º A construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de produtos regulados pela ANP dependem de sua prévia e expressa Autorização. Art. 7º A Autorização de Construção (AC) deverá ser requerida nos seguintes casos: I - construção de novas instalações; II - alteração da capacidade de instalações existentes; III - alteração do arranjo físico das instalações; IV - inclusão de novos pontos de recebimento ou entrega de produtos em dutos, bem como de novas estações de bombeamento, compressão, medição ou regulagem de pressão dos produtos; V - alteração de traçado de dutos, caso haja mudança de faixa; VI - alterações decorrentes de adaptação ou conversão de instalações existentes em função de mudança do(s) produto(s) armazenado(s) ou movimentado(s).

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de: RODRIGUES, 2008; LA TORRE MERINO; MARTÍN PALOMINO Y BENITO, 2000.

Destaca-se aqui que os estudos acerca do elemento orgânico do órgão produtor se concentraram apenas na Função de Nível 1 – Realizar Transporte Terrestre, pois é nesse macroprocesso que a atribuição “operação de dutos” está inserida.

Devido a necessidade de delimitação da pesquisa, na estrutura funcional é a “Função de Nível 4 - Realizar Entrega de Gás Natural”, a que será identificada no Formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do órgão produtor, etapa seguinte da metodologia.

Tabela 3 - Repertório legislativo do órgão produtor: Função Nível 4 Realizar Entrega de GN para o Distribuidor

REPERTÓRIO LEGISLATIVO DO ÓRGÃO PRODUTOR					
Órgão Produtor	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	Órgão de Origem	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE		
Órgão Superior (dependência)	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	Órgão Dependente Identificado	DIRETORIA DE DUTOS E TERMINAIS		
Área Produtora de Documentos	PONTO DE ENTREGA DE GÁS NATURAL	Competências do Órgão Produtor	CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVOS DUTOS		
INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE REGULAÇÃO DA FUNÇÃO NÍVEL 4 - ENTREGA DE GÁS NATURAL PARA O DISTRIBUIDOR					
Nome do organismo	Tipo	Identificação da Legislação	Data de aprovação	Dispositivo	Resumo do conteúdo (Funções atribuídas)
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Fortaria	Fortaria ANP Nº 170	26/11/1998	Estabelece para a construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive liquefeito (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.	Art. 12.A construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive liquefeito (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	Norma Nacional	Norma ABNT NBR 15230-1	2009	Dutos Terrestres - Parte 1 - Projeto. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (NBR - Capítulo I)	1.1 Esta Parte de ABNT NBR 15230 estabelece as condições e os requisitos mínimos exigidos para projeto, especificação de materiais e equipamentos, inspeção, ensaio não destrutivo e controle de corrosão, em sistemas de dutos terrestres. 1.2 Esta Parte de ABNT NBR 15230 se aplica a sistemas de dutos para movimentação de produtos líquidos ou liquefeitos, tais como: álcool líquido, petróleo, metano, gasolina, diesel, querosene, condensados de gás natural, gasolina natural, gás liquefeito de petróleo, amônia anidra líquida e biocombustíveis.
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Regulamento Técnico	Regulamento Técnico ANP Nº 2	09/02/2011	Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural (TDT)	1.1 Este Regulamento estabelece os requisitos essenciais e os mínimos padrões de segurança operacional para os Dutos Terrestres (Dutos e Gasodutos), por ele abrangidos, visando à proteção do público em geral e da força de trabalho da companhia operadora, bem como à proteção ambiental. 1.2 Para novos Dutos Terrestres (Dutos e Gasodutos), a ampliação dos existentes, os requisitos deste Regulamento são aplicáveis no projeto, na construção, na montagem, na operação, na inspeção, na manutenção de integridade estrutural, na resposta a emergências e na sua desativação. 1.3 Para Dutos Terrestres (Dutos e Gasodutos) existentes, os requisitos deste Regulamento são aplicáveis na operação, na inspeção, na manutenção de integridade física, na resposta a emergências e na sua desativação.
PETROBRAS - COMISSÃO DE NORMAS TÉCNICAS - NORTEC	Norma Petrobras	Norma N-1283	2012	Apresentação de Projeto de Instrumentação/Automação.	1.1 Esta Norma discrimina os documentos e o seu conteúdo mínimo para a elaboração e apresentação de projetos de instrumentação/automação para a PETROBRAS. Os conteúdos aqui descritos referem-se somente aos aspectos relativos à disciplina de instrumentação/automação.
PETROBRAS - COMISSÃO DE NORMAS TÉCNICAS - NORTEC	Norma Petrobras	Norma N-1244 Operação de Gasoduto Terrestre e Submarino	2013	Operação de Gasoduto Terrestre e Submarino.	1.1 Esta Norma fixa as condições exigíveis e estabelece as diretrizes e responsabilidades para coordenação, controle e supervisão, a serem seguidas na operação de gasodutos de transporte e transferência, terrestres e submarinos, visando à segurança operacional, a qualidade dos produtos e a preservação do meio ambiente.
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	Resolução Conjunta	Resolução Conjunta ANP/INMETRO Nº 1	10/06/2013	Aprova o Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural que estabelece as condições e requisitos mínimos para os sistemas de medição de Petróleo e Gás Natural, com vistas a garantir resultados seguros e completos (NBR - Capítulo IV)	3.52. Ponto de Entrega - Ponto onde o produto movimentado é entregue pelo transportador ao receptor ou a outro destinatário por este indicado.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	Norma Nacional	Norma ABNT NBR 15230-2	2016	Dutos Terrestres - Parte 2 - Construção e Montagem. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (NBR - Capítulos II e IV)	1.1 Esta parte de ABNT NBR 15230 estabelece os requisitos mínimos exigíveis para construção, montagem, condicionamento, teste e ativação de dutos terrestres. 1.2 Esta parte de ABNT NBR 15230 aplica-se à construção, montagem, condicionamento, teste e ativação de dutos terrestres novos de aço carbono, seus componentes e complementos, e também às modificações de dutos existentes, destinados ao transporte, transferência e escoamento de produção de: a) hidrocarbonetos líquidos, incluindo petróleo, derivados líquidos de petróleo, gás liquefeito de petróleo (GLP) e álcool - oleodutos; b) gás natural processado e não processado - gasodutos.

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de: RODRIGUES, 2008; LA TORRE MERINO; MARTÍN PALOMINO Y BENITO, 2000.

A função de nível 2, “Gerir as atividades de oleodutos, gasodutos, terminais aquaviários e terrestres” e a função de nível 3 “Operar Sistemas de Transporte de GN”, não foram identificadas nessa pesquisa pela necessidade de delimitação de escopo. Assim, para o reconhecimento das atividades desenvolvidas no Ponto de Entrega de Gás Natural, de modo a identificar os tipos documentais produzidos, a função objeto da pesquisa é a função Nível 4 “Realizar Entrega de Gás Natural para o Distribuidor”, apresentada na Tabela 3. Assim, no próximo item, visando conhecer as atividades desenvolvidas por um Ponto de Entrega de Gás Natural, apresentamos a instalação.

3.1.1. Área produtora de documentos: Ponto de Entrega de Gás Natural

O sistema de gasodutos na Transpetro é constituído das seguintes instalações: válvulas de bloqueio dos dutos, pontos de entrega de gás natural, estações de transferência de custódia e estações de compressão (LACERDA, *et al.*, 2012).

Dentro desse Sistema de Gasodutos, o Ponto de Entrega de Gás Natural é a interface entre o transportador de gás, Transpetro, o produtor e o distribuidor local, até chegar ao consumidor final. E, em virtude de suas atribuições, é necessária a produção de um conjunto de documentos que durante sua operação é de suma importância que estejam disponíveis e atualizados.

Nessa perspectiva, inicia-se aqui o estudo da identificação da área produtora de documentos, o Ponto de Entrega de Gás Natural, e com isso, a identificação dos tipos documentais que devem ser produzidos para a instalação operar de maneira segura, eficiente e rentável.

Conforme a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural [...], identificada no Repertório Legislativo, algumas dessas atividades são desenvolvidas em um Ponto de Entrega (PE) de Gás Natural (GN) que, conforme afirmam Barcellos Filho, *et al* (2012:1), “é a instalação de gasodutos de transporte no qual o gás é entregue pelo operador ao carregador ou a quem este venha a indicar”, portanto, uma importante instalação dentro de um sistema de gasodutos.

O Ponto de Entrega de Gás Natural está subordinado à Função de Nível 4, “Realizar Entrega de Gás Natural para Distribuidor”, e, segundo Barcellos Filho, *et al.* (2012:1), desenvolve as atividades de “condicionar e medir o GN para a venda com a característica, pressão e temperatura estabelecida em contrato previamente assinado entre a transportadora e a distribuidora regional”. Desta forma, conforme identificado na Tabela 4 - Formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do Órgão Produtor, as atividades atribuídas ao Ponto de Entrega de Gás Natural são: Gerir condicionamento do GN, Gerir medição do GN para entrega e Gerir comercialização do GN. Sendo essas, portanto, as atividades que viabilizam a identificação dos documentos produzidos para registrar a operação de um Ponto de Entrega de Gás Natural.

Vale destacar que, como no Brasil não existe uma norma específica que regulamenta a operação e a manutenção de Ponto de Entrega de Gás Natural, para a identificação dos instrumentos normativos da área analisamos toda a legislação que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, uma vez que esse arcabouço regulatório, direta ou indiretamente, regula as atividades de um Ponto de Entrega de Gás Natural.

3.2. Identificação dos elementos funcionais do órgão produtor

A identificação dos elementos orgânicos, através do estudo dos organogramas da Companhia, do Repertório Legislativo elaborado e do mapeamento dos processos, viabilizou a identificação dos elementos funcionais do órgão produtor.

Esse estudo permitiu que fosse elaborada a Tabela 4 - Formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do Órgão Produtor, que viabilizou identificar, de maneira estruturada, os diferentes níveis de funções as quais o Ponto de Entrega de Gás Natural está

ligado na estrutura funcional da Transpetro, até chegar às atividades desenvolvidas nessa instalação operacional.

Tabela 4 - *Formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do Órgão Produtor*

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS FUNCIONAIS DO ÓRGÃO PRODUTOR					
Órgão Produtor		Petróleo Brasileiro S. A - TRANSPETRO		Órgão dependente identificado	Diretoria de Dutos e Terminais
Área Produtora de Documentos identificada		Ponto de Entrega de Gás Natural		Competências do Órgão Produtor identificada	Construção e Operação de novos dutos
FUNÇÃO DE NÍVEL 1	FUNÇÃO DE NÍVEL 2	FUNÇÃO DE NÍVEL 3	FUNÇÃO DE NÍVEL 4	ATIVIDADES	
Realizar Transporte Terrestre	Gerir as atividades de oleodutos, gasodutos, terminais aquaviários e terrestres	Operar Sistemas de Transporte de Líquidos	Gerir atividades de Oleodutos	...	
		Programar transporte	Gerir programação de transporte	...	
		Operar Sistemas de Transporte de Gás Natural	Realizar entrega de gás natural para distribuidor	Gerir condicionamento do GN	
				Gerir medição do GN para entrega	
				Gerir comercialização do GN	

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de: RODRIGUES; DÉVAKI, 2013.

Na identificação dos elementos funcionais foram reconhecidas as funções por nível, concebendo a Função de Nível 1 - Realizar Transporte Terrestre como a superior, e a de Nível 4 - Realizar entrega de gás natural para o distribuidor, onde foram identificadas as atividades do Ponto de Entrega de Gás Natural, que são: Gerir o condicionamento de GN, Gerir medição do GN para entrega e Gerir comercialização do GN, registradas na Tabela 4.

Assim, ao apresentar o formulário de Identificação dos Elementos Funcionais do Órgão Produtor, ficam explícitas as atividades desenvolvidas pelo Ponto de Entrega de Gás Natural e, desta forma, se torna possível identificar os tipos documentais que registram as atividades realizadas pela área produtora de documentos.

3.3. Identificação dos tipos documentais

A etapa da aplicação da metodologia de identificação arquivística que se refere à identificação dos tipos documentais, tem como premissa básica a identificação dos elementos orgânicos, dos elementos funcionais e da análise dos fundamentos legais que definem atribuições (competências, funções e atividades) do órgão produtor. Isso se justifica porque, segundo Bellotto (2008:75),

o elemento inicial da análise tipológica, tem de ser necessariamente a entidade produtora e o percurso seguido deve ser: da sua competência à sua estrutura; da sua estrutura ao seu funcionamento; do seu funcionamento à atividade refletida no documento; da atividade ao tipo; do tipo à espécie; da espécie ao documento (BELLOTTO, 2008:75).

Isso ratifica a fundamentação de que para identificar os documentos produzidos, é essencial estudar o indivíduo enquanto ser social ou institucional, através da identificação do seu contexto orgânico e funcional.

Com a análise dos fundamentos legais que definem os elementos funcionais (competências e funções) de órgão produtor, Transpetro, foi possível identificar os documentos que são

produzidos para registrar as atividades relacionadas à Função Nível 4 Realizar Entrega de Gás Natural para o Distribuidor, área produtora de documentos. Os resultados obtidos com essa análise foram o reconhecimento das espécies documentais - que segundo Bellotto (2006:56), “é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”, e dos tipos documentais, que também segundo Bellotto (2006:57), “é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa [...]”.

É importante destacar que durante a análise dos fundamentos legais percebeu-se, por exemplo, que a Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10 de junho de 2013, determina que para a aprovação de projetos de medição, alguns tipos documentais devem ser produzidos, tais como: Diagrama esquemático das instalações, Memorial descritivo dos sistemas de medição, Fluxograma de engenharia dos sistemas de medição, Memorial de cálculo das incertezas, Manual de operação dos sistemas de medição, Especificações e Folhas de dados dos instrumentos de medição, dentre vários outros tipos de documentos.

Assim, a partir da análise dos instrumentos normativos que regem a operação de um Ponto de Entrega de Gás Natural, inicia-se a identificação dos tipos documentais, momento em que é realizada a análise tipológica dos documentos para, assim, chegar efetivamente aos documentos que devem ser produzidos visando registrar as atividades desenvolvidas durante a operação de um Ponto de Entrega de Gás Natural. O resultado da identificação dos tipos documentais está registrado na Tabela 5 - Formulário de Identificação dos Tipos Documentais do Ponto de Entrega de Gás Natural.

Tabela 5 - Formulário de Identificação dos Tipos Documentais do Ponto de Entrega de Gás Natural

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DOCUMENTAIS DA ÁREA PRODUTORA						
ÓRGÃO PRODUTOR	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO			ÓRGÃO DEPENDENTE IDENTIFICADO	DIRETORIA DE DUTOS E TERMINAIS	
ÁREA PRODUTORA DE DOCUMENTOS	PONTO DE ENTREGA DE GÁS NATURAL			COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO PRODUTOR	CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVOS DUTOS	
FUNÇÃO NÍVEL 1	GESTÃO DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL	FUNÇÃO NÍVEL 2	OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL		FUNÇÃO NÍVEL 3	
ATIVIDADES	APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA				FUNDAMENTO LEGAL	
	TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DENOMINAÇÃO DOS TIPOS DOCUMENTAIS					
	DENOMINAÇÃO ATUAL DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DOCUMENTAL	ATIVIDADE (VERBO + OBJETO)	TIPO DOCUMENTAL (Espécie + propriedade + verbo + propriedade + objeto)		LEIS, NORMAS, REGULAMENTOS, PROCEDIMENTOS
Gerir condicionamento do GN	Memorial descritiva das instalações	Memorial	Descrição + das instalações	Memorial de descrição das instalações	REGULAMENTO TÉCNICO ANP Nº 2 - RTDT de 03 de fevereiro de 2011	8.10 projeto da Duta deve ser construída, na mínima, pelo documentar abaixo relacionadas 9.5.2 O relatório de identificação e análise de risco deve apresentar as recomendações e conclusões para cada etapa do ciclo de vida da instalação. 9.5.3 O relatório de identificação e análise de risco deve estar disponível para consulta pela ANP e demais partes interessadas, a qualquer tempo.
	Desenho do projeto de obras complementares	Desenho	Projeto + de obras complementares	Desenho de representação do projeto de obras complementares		
	Especificação técnica do projeto de obras	Especificação Técnica	Projeto + obras	Especificação técnica do projeto obras		
	Especificação técnica para construção e manutenção da instalação	Especificação Técnica	Construção e manutenção da instalação	Especificação técnica para construção e manutenção da instalação		
	Especificação técnica para condicionamento da instalação	Especificação Técnica	Condicionamento da instalação	Especificação técnica para condicionamento da instalação		
	Especificação técnica para pré-operação da instalação	Especificação Técnica	Pré-operação da instalação	Especificação técnica para pré-operação da instalação		
	Relatório de identificação e análise de risco da instalação	Relatório	Identificação + análise de risco da instalação	Relatório de identificação e análise de risco da instalação		
	Manual de operação do dutar	Manual	Operação do dutar	Manual de operação do dutar		
	Manual de operação do sistema de duta	Manual	Operação + sistema de duta	Manual de operação do sistema de duta		
	Procedimento mútuo de operação do dutar	Procedimento mútuo	Operação + duta	Procedimento mútuo de operação do dutar		
	Procedimento mútuo de operação do sistema de duta	Procedimento mútuo	Operação + sistema de duta	Procedimento mútuo de operação do sistema de duta		
	Memorial Descritiva de Automação	Memorial	Descrição de automação	Memorial de descrição de automação	NORMA PETROBRAS N-1883 - Apresentação de Projeto de Instrumentação / Automação	Discriminar os documentos e seu conteúdo mínimo para a elaboração e apresentação do projeto de instrumentação/automação para a PETROBRAS. O conteúdo aqui descrito referenciará o documento ou aspecto relativo à disciplina de instrumentação/automação.
	Arquitetura do Sistema de Automação e Controle	Desenho	Arquitetura + sistema de automação e controle	Desenho de Arquitetura do Sistema de Automação e Controle		
	Especificação Técnica para Sistema Especial	Especificação Técnica	Sistema especial	Especificação Técnica do Sistema Especial		
Memorial Descritiva do Sistema de Instrumentação	Memorial	Descrição + Sistema de instrumentação	Memorial de descrição do Sistema de Instrumentação			

...Continua

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DOCUMENTAIS DA ÁREA PRODUTORA						
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA					FUNDAMENTO LEGAL	
ATIVIDADES	TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DENOMINAÇÃO DOS TIPOS DOCUMENTAIS				LEIS, NORMAS, REGULAMENTOS, PROCEDIMENTOS	OBJETIVO DA PRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS
	DENOMINAÇÃO ATUAL DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DOCUMENTAL	ATIVIDADE (VERBO + OBJETO)	TIPO DOCUMENTAL (Espécie + preparação + verbo + preparação + objeto)		
Gerir medição do GN para entrega	Memorial Descritiva de Automação de Equipamentar	Memorial	Descrição + Síntese de automação de o equipamentar	Memorial de descrição de Automação de Equipamentar	NORMA PETROBRAS N-1883 - Apresentação de Projeto de Instrumentação / Automação	Discriminar os documentos e seu conteúdo mínimo para a elaboração e apresentação do projeto de instrumentação/automação para a PETROBRAS. Or conter aqui descritar referencialmente os aspectos relativos à disciplina de instrumentação/automação.
	Especificação Técnica de Automação de Equipamentar	Especificação Técnica	Automação + o equipamentar	Especificação Técnica de Automação de Equipamentar		
	Memória de Cálculo de Dimensionamento de Elementar Primário de Vazão (MG)	Memória	Cálculo + Elementar Primário de Vazão	Memória de Cálculo de Elementar Primário de Vazão		
	Memória de Cálculo de Dimensionamento de Válvula de Controle	Memória	Cálculo + Válvula de Controle	Memória de Cálculo de Válvula de Controle		
	Diagrama de Malha	Diagrama	Descrição + Malha de instrumentar	Diagrama de descrição de malha de instrumentar		
	Diagrama Lógica	Diagrama Lógica	sistema de intertravamento	Diagrama lógica de representação do sistema de intertravamento		
	Relatório de detalhamento de Instalação	Relatório	Detalhamento + instalação	Relatório de detalhamento de instalação		
	Certificado de arreamento do tanque	Certificado	Arreamento + tanque	Certificado de arreamento do tanque	RESOLUÇÃO CONJUNTA ANP/INMETRO N° 1 de 10 de Junho de 2013	Documento de caráter oficial que acompanha a tabela volumétrica, certificando que foi processada a arreamento de um tanque/reservatório, com o intuito de atender exigências legais. Para aprovação e realização do projeto de medição ou de sua alteração deve ser enviado à ANP para aprovação e documentação do Projeto. Documento do projeto de instalação de racoreamento do petróleo e gás natural que aponta o tanque e o equipamento, dutos e instrumentar de instalação, contendo um resumo das especificações de teste divergentes. Documento do projeto de instalação de racoreamento do petróleo e gás natural que aponta a concepção adotada para o sistema de racoreamento (o equipamento e corrente de fluido) e contém o balanço de material e energia para as diversas condições operacionais do sistema. Normalmente representa também as principais malhas de controle. Documentos relativos aos procedimentos de calibração de instrumentar de medição incorporados ao sistema de medição Devem ser elaborados relatórios de medição contendo dados de valores medidos, dados de cálculo e fotos das, incluindo os parâmetros e fatores utilizados, para determinação do volume do fluido medido. DOCUMENTAÇÃO DE OPERAÇÃO
	Diagrama esquemática das instalações indicando as principais correntes de gás	Diagrama	Representação + corrente de gás natural	Diagrama de representação das correntes de gás natural		
	Memorial descritiva dos sistemas de medição	Memorial	Descrição + sistema de medição	Memorial de descrição dos sistemas de medição		
	Fluxograma de Engenharia das partes de medição	Fluxograma de engenharia	Representação + partes de medição	Fluxograma de engenharia de representação das partes de medição		
	Fluxograma de Processo das partes de medição	Fluxograma de processo	Produção + partes de medição	Fluxograma de processo de produção das partes de medição		
	Diagrama simétrica referente as partes de medição	Diagrama	Simétrica + partes de medição	Diagrama simétrica de partes de medição		
	Memorial de cálculo das incertezas de medição	Memória	Cálculo + medição das incertezas	Memorial de cálculo de medição das incertezas		
	Especificação técnica de instrumentar de medição, amarradores e acessórios	Especificação Técnica	Instrumentar de medição, amarradores e acessórios	Especificação técnica de instrumentar de medição, amarradores e acessórios		
	Falha de Dados de instrumentar de medição, amarradores e acessórios	Falha	Registro + dados de instrumentar de medição, amarradores e acessórios	Falha de registro de dados de instrumentar de medição, amarradores e acessórios		
	Manual de operação dos sistemas de medição	Manual	Operação + sistema de medição	Manual de operação dos sistemas de medição		
	Relatório de medição de transferência de curtêdia	Relatório	Medição + transferência de curtêdia	Relatório de medição de transferência de curtêdia		
	Relatório de falha de medição de transferência de curtêdia	Relatório	Medição + falha de transferência de curtêdia	Relatório de medição de falha de transferência de curtêdia		
	Relatório de calibração de instrumentar dos sistemas de medição	Relatório	Calibração + instrumentar dos sistemas de medição	Relatório de calibração de instrumentar dos sistemas de medição		

Fonte: Elaboração nossa, adaptado de: RODRIGUES; DÉVAKI, 2013.

A análise teve como ponto de partida a identificação da espécie e da atividade que determinou a identificação do documento, conforme apresentado na coluna Atividade (verbo + objeto) que se concretizou com a definição dos Tipos Documentais, na coluna Tipo Documental (Espécie + preposição + verbo + preposição + objeto).

Visando respaldar a análise tipológica realizada para identificar os tipos documentais, foram apresentados na Tabela 5 - Formulário de Identificação dos Tipos Documentais do Ponto de Entrega de Gás Natural, os fundamentos legais que determinam a produção de cada tipo documental, sendo esses apresentados na coluna “Objetivos de produção desses documentos”, dessa tabela.

4. Considerações finais

A realização desta pesquisa permitiu reafirmar o entendimento de que existe claramente um vínculo entre a produção dos documentos técnicos de engenharia e o contexto orgânico ao qual está inserido, e esse vínculo é definido como “uma rede de relacionamentos que cada documento tem com outros documentos pertencentes ao mesmo conjunto”, e consequentemente com o seu produtor”, conforme afirma Duranti (1997:216).

Por meio da aplicação da identificação arquivística, ao reconhecer e avaliar os atos implicados na produção de documentos, tendo como referencial toda a legislação que rege o cumprimento das competências, funções e atividades da Transpetro, obtém-se subsídios para aprimorar a produção de documentos, contribuindo na implantação de programa de gestão destes documentos.

Conclui-se assim, que a adoção da metodologia de identificação arquivística pode racionalizar a produção dos documentos na Transpetro, tendo em vista que os responsáveis pela produção destes, ao terem os tipos documentais de seus processos identificados, irão produzir somente aqueles que realmente devem ser produzidos e entregues ao final de um projeto de engenharia. Desta maneira, a instalação operacional entrará em funcionamento e efetivará suas ações com segurança e confiabilidade.

Referências bibliográficas

BARCELLOS FILHO, Pedro Sergio de [et al.]

2012 Aspectos operacionais relevantes para o comissionamento e pré-operação de pontos de entrega de gás natural. In RIO OIL & GAS EXPO AND CONFERENCE, 2012, Rio de Janeiro - *Anais...* Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. 2012. (IBP1978_12).

BELLOTTO, Heloisa Liberalli

2008 *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2ª ed. Brasília, DF : Briquet de Lemos, 2008.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli

2006 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

BRASIL. Agência Nacional de Petróleo

2015 *Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015*. [Em linha]. 2015. [Consult. 12 ago. 2016]. Disponível em: <http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-anp/resol-anp/2015/dezembro&item=ranp-52--2015>.

BRASIL. Agência Nacional de Petróleo; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO

2013 *Resolução conjunta ANP/INMETRO nº1, de 10 de junho de 2013*. Aprova o Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural. [Em linha]. 2013. [Consult. 25 jan. 2017]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=255251>.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2009 *Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009*. Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177º da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. [Em linha]. 2009. [Consult. 15 out. 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11909.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1997 *Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997*. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. [Em linha]. 1997. [Consult. 9 dez. 2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm.

CONDE VILLAVERDE, María Luisa

1992 *La Identificación y valoración de los fondos documentales de la Administración estatal: problemas y metodología*. In JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PÚBLICAS, 1ªs, Madrid, 1991 – *Actas*. Madrid : [s n.], 1992.

DICCIONARIO DE TERMINOLOGÍA ARCHIVÍSTICA

1995 *Diccionario de Terminología Archivística*. Madrid : Subdirección General de los Archivos Estatales Españoles, 1995.

DURANTI, Luciana

1997 *The Archival bond*. *Archives and Museus Informatics*. 11 (1997) 213-218.

GIL, Antônio C.

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2002.

LACERDA, Fabio Gomes [et al.]

2012 *Desafios de manutenção e operação com a expansão da malha de gasodutos: o caso da malha RJ/MG da Transpetro*. In RIO OIL & GAS EXPO AND CONFERENCE, Rio de Janeiro, 2012 – *Anais...* Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 2012. (IBP2022_12).

LANNES JUNIOR, Ayr

2010 *Abordagem de manutenção centrada em confiabilidade : estudo de caso em um Ponto de Entrega de Gás Natural de uma empresa de transporte de petróleo*. Niterói, 2010.
Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão pela Qualidade Total - Universidade Federal Fluminense.

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro

1998 Identificación y valoración de documentos em España a partir de 1975. *Anales de Documentación : revista de Biblioteconomía y Documentación*. 1 (1998) 75-97.

MENDO CARMONA, Concepción

2004 Consideraciones sobre el método en Archivística. In *Documenta & Instrumenta*. Madrid: Universidad Complutense, 2004, vol. 1, p. 35-46.

MOLINA NORTES, Juana; LEYVA PALMA, Victoria

1996 *Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa*. Guadalajara: ANABAD Castilla - La Mancha, 1996.

RODRIGUES, Ana Célia

2016 *Diplomática como fundamento da identificação arquivística : Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF*. Niterói, 2016.
Anotações de aula.

RODRIGUES, Ana Célia

2012a Identificação : uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In VALENTIM, Marta Lígia Pomim, org. – *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília : Oficina Universitária, 2012, p. 197-216.

RODRIGUES, Ana Célia

2012b Identificação arquivística : subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva brasileira. In MARIZ, Anna Carla A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. Albite, org. – *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro : Móbile Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Ana Célia

2008 *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. [Em linha]. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2008. [Consult. 14 nov. 2016].

Tese de doutorado. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/>.

RODRIGUES, Ana Célia; DÉVAKI, N. A.

2013 FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos : estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN). In OLIVEIRA, L. M. Velloso de; OLIVEIRA, I. C. Borges de, org. – *Preservação, acesso, difusão : desafios para as instituições arquivísticas do século XXI*. Rio de Janeiro : Associação Arquivistas Brasileiros, 2013, p.87-95.

TOGNOLI, Natália Bolfarini

2016 *Diplomática contemporânea : aspectos forenses e de organização*. São Paulo. In *Seminário da Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)*. São Paulo, 2016. Curso.

LA TORRE MERINO, José Luís; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, Mercedes

2000 *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid : Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Secretaría General de Información y Publicaciones, 2000.

TRANSPETRO, PETROBRAS TRANPORTE

2015 *Plano básico de organização*. Rio de Janeiro, 2015.

Ata CA nº 181 de 16 de outubro de 2015, Item Único, Pauta 051.

TRANSPETRO, PETROBRAS TRANPORTE

[20--] *Site oficial*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 14 mar. 2016.]. Disponível em:
http://www.Transpetro.com.br/pt_br/quem-somos.html.

TRANSPETRO, PETROBRAS TRANPORTE

1999 *Estatuto Social da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO*. Rio de Janeiro, 1999.

Marilda Martins Coelho | marilda2601@gmail.com

Petrobras Transporte S. A. – Transpetro | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

Clarissa Schmidt | clarissaschmidt@id.uff.br

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil